

Santiago Castro-Gomez: uma introdução aos debates pós-coloniais

Santiago Castro-Gomez: una introducción a los debates poscoloniales

Santiago Castro-Gomez: an introduction to post-colonial debates

Recebido em 25-08-2015

Aceito para publicação em 29-12-2017

Felipe Barradas Correia Castro Bastos¹

Obra Resenhada: CASTRO-GOMEZ, Santiago (2005). *La poscolonialidad explicada a los niños*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

Santiago Castro-Gomez é doutor em filosofia pela Johann Wolfgang Goethe-Universität e atualmente professor catedrático da faculdade de filosofia da Universidad Santo Tomás, em Bogotá. Dentre seus principais objetos de estudo, Castro-Gomez se dedica ao domínio da crítica filosófica à colonialidade no contexto latino-americano².

Os debates em torno do conceito de colonialidade na América Latina vêm desde a década de 1980 suscitando novas perspectivas teóricas pertinentes a vários temas de estudo das ciências humanas. Dentre eles, ocupam lugar de destaque aspectos culturais e simbólicos da dominação colonialista empreendida pela Europa ocidental sobre os povos da América Latina, África e Ásia. O eixo programático que orienta esses debates situa a perpetuação da subalternidade dos povos "não-ocidentais" séculos após a destruição do colonialismo como problemática fundamental. Isto é, a desarticulação da dominação política, social e econômica

¹ Doutorando em História Social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, Brasil. E-mail: felipebccbastos@hotmail.com

² Disponível em: <<http://javeriana.academia.edu/SantiagoCastroG%C3%B3mez/CurriculumVitae>>. Acesso em 24 de agosto de 2015.

direta que caracterizou o colonialismo foi sucedida pela permanência da centralidade hegemônica da cultura europeia moderna, fenômeno designado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano por colonialidade (QUIJANO, 1992). Esse giro teórico fomentou estudos que buscam trazer à tona a face ocultada pela hegemonia da colonialidade, constituída, segundo o filósofo argentino Enrique Dussel, pelo “mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc.” (DUSSEL, 2005, p. 62).

Apesar de profundamente profícuos tanto à epistemologia das ciências humanas como a seus diversos campos de estudo, as discussões latino-americanas sobre a colonialidade encontram relativamente pouca reverberação no Brasil. Essa resenha busca contribuir, portanto, para um debate potencialmente produtivo na academia brasileira sobre as categorias de análise e críticas conceituais difundidas por sociólogos, historiadores, semiólogos e filósofos de vários países da América Latina nas últimas duas décadas.

No livro *La poscolonialidad explicada a los niños*, Castro-Gomez propõe um mapeamento genealógico das ideias basilares do que chama de “programa de investigação modernidade/colonialidade”³ (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 9)⁴. Isto é, um grupo de filósofos, cientistas sociais e demais críticos latino-americanos que compõem uma coletividade argumentativa crítica sobre diversos aspectos referentes ao conceito de colonialidade. Castro-Gomez também busca explicitar as principais críticas dirigidas aos aportes teóricos dessa coletividade, oriundas predominantemente de referenciais marxistas. No segundo e último capítulo, o autor tece um exemplo de como essas articulações teóricas críticas da pós-colonialidade podem ser empregadas em uma práxis investigativa atual, a partir de sua crítica ao livro *Imperio*, de Michael Hardt e Antonio Negri.

Santiago Castro-Gomez inicia o livro traçando o fio condutor que orientará sua exposição. Primeiro, o autor analisa como a teoria social marxista construiu e abordou o problema do colonialismo. Na sequência, Edward Said é trazido ao debate para demonstrar os “pontos-cegos de Marx” e então são elencadas as críticas de teóricos marxistas contemporâneos aos estudos pós-coloniais, com o objetivo de identificar as principais razões

³ Para a expediência deste trabalho, optou-se por traduzir livremente todas as citações diretas do espanhol para o português.

⁴ Segundo o autor, são expoentes do campo de estudos pós-coloniais os pensadores Walter Dignolo, Edgardo Lander, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Catherine Walsh, Javier Sanjinés, Fernando Coronil, Ramón Grosfoguel, Freya Schiwy, Nelson Maldonado e ele próprio (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 11).

pelo rechaço marxista às teorias pós-coloniais. No final desse primeiro capítulo, o autor buscará mostrar a especificidade do debate latino-americano sobre o binômio “modernidade/colonialidade” em contraposição à teoria pós-colonial anglo-saxã.

Castro-Gomez passa à análise do problema do colonialismo em Karl Marx. Em termos hegelianos, herdados por Marx, a América Latina se encontra “fora da História” por não ter desenvolvido instituições políticas e pensamentos filosóficos que permitissem que seus povos empreendessem um movimento progressivo à liberdade. Em termos marxianos, por sua vez, essa percepção significou interpretar a América Latina como um continente de povos incapazes de desenvolver uma estrutura econômica e social que os permitisse o ingresso no processo revolucionário mundial encabeçado pela burguesia (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 16). Para Marx, portanto, não há nenhuma alusão clara ao papel primário do colonialismo na emergência do capitalismo, mesmo se analisado somente pela perspectiva econômica.

Castro-Gomez afirma que o emprego do paradigma analítico de Marx para temáticas coloniais passou por mudanças com o surgimento dos estudos pós-coloniais e subalternos no decorrer da segunda metade do século XX. Ao evidenciar que o colonialismo não é constituído apenas por fatores econômicos e políticos, autores como Said, Bhabha, Spivak, Prakash, Chatterjee, Guha e Chakrabarty demonstraram a significativa dimensão epistêmica, cognitiva e simbólica do colonialismo – aspecto fundamental denominado por Quijano de colonialidade.

Para exemplificar a maneira como se operou essa revolução conceitual ao redor do binômio colonialismo/colonialidade, Castro-Gomez se debruça sobre o livro *Orientalismo* de Edward Said. A análise conduzida por Said sobre a institucionalização de imagens e representações simbólicas sobre “o Oriente” e “o oriental” o permitiu demonstrar o que fora para Marx um ponto cego: “a centralidade de dois elementos ‘superestruturais’ – o conhecimento e a subjetividade – para a consolidação do domínio imperial da Europa” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 21). Castro-Gomez enfatiza a importância da perspectiva de Said por ela preconizar a indispensabilidade da construção e incorporação de um discurso sobre o “outro” colonial, sem o qual a dominação econômica e política do colonialismo teria sido impossível. De maior relevância para os propósitos de Castro-Gomez é o papel outorgado por Said às ciências humanas na construção desse “imaginário colonial” ao construir o “outro-colonial” como objeto de conhecimento e, portanto, de poder. É possível

afirmar que, a partir da perspectiva adotada por Said e sequenciada pelos estudos pós-coloniais, não há colonialismo sem colonialidade.

Portanto, o grande mérito de Said, na perspectiva de Castro-Gomez, é a desmitificação da imagem triunfalista de progresso histórico construída pelas ciências humanas que, ao sustentarem uma “maquinaria geopolítica de saber/poder” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 27), declararam como ilegítimas todas as outras vozes culturais simultâneas. É nesse âmbito teórico que se verifica o significado da distinção entre colonialismo e colonialidade. Assim o define Castro-Gomez:

À expropriação territorial e econômica coordenada pela Europa de suas colônias (colonialismo) corresponde (...) uma *expropriação epistêmica* (colonialidade) que condenou os conhecimentos produzidos nelas a ser tão somente o “passado” da ciência moderna (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 27, grifos no original).

Na sequência, são elencadas as suspeitas de pensadores marxistas e as críticas de pensadores latino-americanos aos modelos interpretativos pós-coloniais. Para explicitar as críticas oriundas do âmbito marxista, Castro-Gomez enuncia alguns autores críticos da perspectiva pós-colonial de *Orientalismo*, como Aijaz Ahmad e Arif Dirlik. No que se refere aos reflexos latino-americanos, é trazido ao debate o ceticismo normativo do antropólogo Carlos Reynoso e as ponderações do sociólogo Eduardo Grüner.

Castro-Gomez se dedica na sequência à refutação das críticas dirigidas por estes autores. É importante ressaltar sua resposta à afirmação de que os debates pós-coloniais teriam se desdobrado a partir dos Estados Unidos ou da Europa para a América Latina. Para o autor, adotar tal posicionamento significa ignorar uma série de trabalhos latino-americanos que constituíram, nos anos 1960 e 1970, um arsenal teórico responsável por alicerçar as discussões pós-coloniais posteriores. São elencadas as obras pioneiras dos mexicanos Edmundo O’Gorman e Pablo González Casanova, no âmbito da História e Ciências Sociais respectivamente; do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro e da “filosofia da libertação desenvolvida por Enrique Dussel na década de 1970” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 42). Sob a perspectiva pós-colonialista subscrita por Castro-Gomez, não foram as influências teóricas de Foucault, Deleuze e Derrida que suscitaram essas obras, mas sim os desenvolvimentos próprios das ciências sociais na América Latina – particularmente da teoria da dependência. Este aspecto é fundamental: o surgimento dos debates pós-coloniais latino-americanos segue sua historicidade própria e, embora estejam relacionados às inovações teórico-conceituais

empreendidas na Índia, na França e nos Estados Unidos, não são seus meros desdobramentos filiais ou ecos secundários.

A narrativa do livro atinge, a partir dessas considerações, seu eixo central. A começar pela crítica ao eurocentrismo expressa por Enrique Dussel, Castro-Gomez percorrerá por uma genealogia que embasa o *corpus* interpretativo pós-colonial, avançando pelas reflexões de Walter Mignolo e Aníbal Quijano.

Castro-Gomez apresenta uma das pedras angulares da teoria pós-colonial latino-americana: a indissociabilidade entre modernidade e o colonialismo. Inaugurado em 1492, o sistema-mundo – conceito basilar da teoria econômica de Immanuel Wallerstein – surgiu a partir da incorporação pela Europa de sua primeira periferia, a América, tornando a própria Europa como centro de um sistema de símbolos de ordem “ritual, cognitivo, jurídico, político e axiológico pertencentes ao sistema mundial em expansão” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 48).

De acordo com o referencial teórico proposto por Dussel, são distinguíveis duas modernidades. A primeira se consolidou durante os séculos XVI e XVII e correspondeu historicamente ao *éthos* cristão, humanista e renascentista que floresceu na Europa católica e em suas colônias americanas. Em termos filosóficos, a subjetividade moderno-colonial surgida a partir dos “descobrimentos” é conceituada e descrita por Dussel como um *ego conquiro*, um “eu conquistador’, guerreiro e aristocrático, que estabeleceu frente ao ‘outro’ (o índio, o negro, o mestiço americano) uma relação excludente de domínio” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 49).

A segunda modernidade, que se auto-representou como a única modernidade, responsável pelo pleno desenvolvimento do *ego cogito*, iniciou-se apenas em finais do século XVII com o colapso geopolítico da Espanha e o surgimento de novas potências hegemônicas, notadamente Holanda, Inglaterra e França. A partir desse momento, a administração da centralidade do sistema-mundo exercida pela Europa passou a responder “aos imperativos de eficácia, biopolítica e racionalização descritos admiravelmente por Max Weber e Michel Foucault” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 49).

Castro-Gomez sequencia o debate sobre a primeira modernidade partindo das reflexões de Walter Mignolo em referência à perspectiva analítica de Wallerstein sobre o sistema-mundo. Mignolo reconhece a importância “monumental” de Wallerstein para “o deslocamento epistemológico que se produziu na teoria social durante a década de 1970”,

embora critique sua perspectiva eurocêntrica. Wallerstein, apesar de atribuir corretamente o início do sistema-mundo moderno a 1492, permaneceu preso ao “mito eurocêntrico da modernidade” ao conceber apenas a segunda, dos séculos XVIII e XIX, como “a modernidade por excelência” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 50-1), tornando invisível em sua análise a primeira modernidade. Para Mignolo, esse entendimento é equivocado uma vez que a conquista da América – fenômeno relativo à primeira modernidade – já havia conduzido à formação de uma metanarrativa, ou de um “grande discurso” (nos termos de Said e Foucault) do mundo moderno para além de inaugurar a “economia-mundo”. Assim, os discursos universalizantes que legitimaram a expansão mundial do capital, durante os séculos XVIII e XIX, já podem ser evidenciados – segundo Mignolo – já no século XVI, notadamente com o discurso de “pureza de sangue”, de um lado, e a legitimação das pretensões hegemônicas europeias calcadas na superioridade auto-atribuída da cristandade ocidental sobre o Novo Mundo (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 50-5).

Castro-Gomez, a partir da discussão teórica estabelecida entre Dussel e Mignolo, aborda outra questão fundamental aos debates pós-coloniais: o conceito de colonialidade do poder. A importância do âmbito da colonialidade para explicar o fenômeno do colonialismo é o eixo pivotante entre as teorias pós-coloniais de Said e Mignolo. Nesse sentido, tanto o *Occidentalismo* de Mignolo como o *Orientalismo* de Said são entendidos como “modos de vida, estruturas de pensamento e ação incorporadas ao habitus dos atores sociais” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 57). A tese de Mignolo constitui um passo adiante àquilo que, em Dussel, apareceu primeiro como abstração filosófica. Da superioridade étnica de uns homens sobre outros decorreu, na primeira modernidade, a superioridade de algumas formas de conhecimento sobre outras. Aí jaz a categoria de colonialidade do poder, discutida extensivamente no decorrer do livro.

O termo colonialidade do poder “faz referência, inicialmente, a uma estrutura específica de dominação através da qual foram submetidas as populações nativas da América a partir de 1492”. Para Castro-Gomez, o primeiro pensador a utilizar esse termo enquanto categoria de análise foi o sociólogo peruano Aníbal Quijano. Colonialidade, em seus termos então pioneiros, se refere à “colonização do imaginário dos dominados” exercida na incorporação do universo cognitivo do colonizador pelo colonizado. Essa é a principal diferença da perspectiva pós-colonial em relação à marxista: a colonialidade pressupõe uma relação de poder fundada na relação de superioridade étnica e epistêmica estabelecida pelos

colonizadores com os colonizados, na qual não se trata somente de submeter militar e economicamente os “indígenas” ou destruí-los pela força, mas “transformar sua alma, de lograr que mudassem radicalmente suas formas tradicionais de conhecer o mundo e conhecer a si mesmos” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 58).

Essa, afirma Castro-Gomez, é a primeira característica da colonialidade do poder: a dominação não se exerce nem é possível de ser exercida por meios exclusivamente coercitivos. À repressão física e econômica deve coincidir o êxito em naturalizar “o imaginário europeu como forma única de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade”. Nesse esteio argumentativo são concebidos os instrumentos de poder empregados na colonização – tais como a evangelização e o trabalho – orientados para a “transformação da intimidade, buscando que o indígena pudesse sair de sua condição de 'menor de idade' e aceder, finalmente, aos modos de pensamento e ação da vida civilizada” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 59).

A segunda característica da colonialidade do poder é apresentada como a “sedução” representada pela cultura europeia no imaginário do colonizado como um meio de acesso ao poder. Para Quijano, “a europeização cultural se converteu em uma aspiração. Era um modo de participar no poder colonial” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 60). Castro-Gomez propõe uma referência cruzada das teses de Quijano e Mignolo e afirma que o “imaginário de brancura” produzido pelo discurso de pureza de sangue acabou por se tornar uma “aspiração internalizada”⁵ por todos os setores da sociedade colonial, funcionando como eixo ao redor do qual foram construídas as subjetividades dos atores sociais. Para Castro-Gomez, esses são os aspectos principais que compõem o conceito de colonialidade do poder – uma estratégia epistêmica de dominação que “todavia continua vigente” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 64).

Na parte final de seu livro, Castro-Gomez intenciona pôr em prática o exercício crítico das teorias pós-coloniais para demonstrar como a pós-colonialidade é um fenômeno constitutivo do que Lyotard denominou de “condição pós-moderna” (CASTRO-GOMEZ,

⁵ Embora não seja referenciado por Castro-Gomez, é de grande pertinência aludir aqui a Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo afro-caribenho cuja vida e obra influenciaram o desenvolvimento das teorias pós-coloniais. Sua ênfase nos aspectos psicológicos da dominação colonial, expressos pela via da racialização, é significativa em seu livro “Peles Negras, Máscaras Brancas” (2008 [1952]). O seguinte excerto é ilustrativo de seu entendimento sobre os fenômenos culturais e psicológicos da colonização: “Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco (...) Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade” (FANON, 2008, p. 94).

2005, p. 65). Para tanto, Castro-Gomez analisa o livro *Imperio* de Michael Hardt e Antonio Negri (doravante H&N).

Segundo a tese destes dois autores, com o advento do pós-fordismo o capitalismo mundial entra “na última e definitiva fase de sua história: o *Imperio*”. Nesse modo de produção avançado, a globalização alterou tão profundamente as relações entre capital e trabalho que teria “convertido o colonialismo em uma relíquia histórica da humanidade” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 68-9) por deixar de ser necessário à reprodução de capital em um mundo que passa a dispensar cada vez mais do trabalho físico de escravos e de operários industriais.

Após retomar os argumentos pós-coloniais, Castro-Gomez dispara sua crítica: H&N não concebem nem sugerem que a pós-colonialidade é a cara oculta da pós-modernidade – argumentação que decorre do modelo interpretativo de Mignolo. H&N, ao não levarem em consideração a heterogeneidade estrutural da modernidade/colonialidade, perpetuam um entendimento eurocêntrico da modernidade como fenômeno exclusivamente europeu. Para Castro-Gomez, portanto, o modelo interpretativo de H&N é lacunar por tomar a colonialidade como um fenômeno derivado – e não constitutivo – da soberania do Estado-Nação moderno, o que induz à problemática conclusão de que, com a globalização e a economia pós-fordista, o colonialismo teria deixado de existir (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 77).

É essa lacuna que Castro-Gomez busca sanar na conclusão de seu livro. Sua análise parte do fato de que, nas décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento econômico dos países de Terceiro Mundo eram definidos com base em indicadores de industrialização. Porém, com o câmbio observado na década de 1980 do desenvolvimento industrial ao desenvolvimento sustentável, a economia capitalista passa a se reorganizar com base no conhecimento que produz as ciências de ponta, como a biologia molecular, a engenharia genética, a inteligência artificial e a biotecnologia.

O ponto central do “capítulo faltante de *Imperio*” de Castro-Gomez é, nesse sentido, a constatação do “subdesenvolvimento pós-moderno”, que consiste no aumento do abismo de conhecimento entre uns países e outros (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 82). Isto é, na medida em que o acesso à informação genética e tecnológica para fins comerciais marca, atualmente, a diferença entre o sucesso e o fracasso econômico, é imperioso constatar que a maioria esmagadora da biodiversidade do planeta se encontra nos países “subdesenvolvidos” enquanto que os polos tecnológicos permanecem concentrados no “norte”.

É nesse contexto, então, que se manifesta o “rosto pós-colonial da pós-modernidade” para Castro-Gomez. Os “conhecimentos tradicionais” das populações dos países que concentram a biodiversidade continuam submetidos por hierarquias moderno-coloniais que estabelecem a diferença entre o conhecimento válido de uns e o não-conhecimento (ou *doxa*) de outros. Para Castro-Gomez, portanto, “a distinção entre ‘conhecimento tradicional’ e ‘ciência’, elaborada pela Ilustração no século XVIII, continua vigente”. Portanto, “não chegamos ao ‘final do colonialismo’, como anunciam H&N, sendo o colonialismo que se ressemantiza de forma pós-moderna” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 87-9).

Castro-Gomez conclui seu livro afirmando que a colonialidade do poder não morreu – apenas mudou de forma. “Sem os recursos genéticos das regiões pobres do Sul e sem a expropriação aleivosa dos sistemas não-ocidentais de conhecimento a economia pós-fordista do *Imperio* não seria possível” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 92).

Sobre esta obra de Castro-Gomez, seu esforço de realizar um mapeamento teórico é de grande utilidade para se introduzir os debates pós-coloniais latino-americanos. A narrativa é tecida de maneira a contemplar a formação genealógica do pensamento pós-colonial, a historicidade e protagonismo das discussões latino-americanas desde a década de 1960, as críticas a elas dirigidas e sumariamente refutadas e, por fim, demonstrar a aplicabilidade da crítica pós-colonial no contexto contemporâneo globalizado, no qual persistem formas da colonialidade do poder séculos após a derrocada do colonialismo. O potencial crítico e analítico dos debates sintetizados nesta obra aos pesquisadores brasileiros é significativo e não deve passar despercebido.

Referências

DUSSEL, Enrique (2005). “Europa, modernidade e eurocentrismo”. In: LANDER, E. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. pp. 55-70.

FANON, Frantz (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

QUIJANO, Aníbal (1992). “Colonialidad y modernidad-razionalidad”. In: BONILLO, Heraclio (Comp.). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones. pp. 437-449.